

A conversão e reutilização de peças têxteis. Uma prática comum da sociedade quinhentista portuguesa¹

Maria João Pacheco Ferreira*

Resumo O presente texto propõe uma incursão pelo fenómeno da conversão e reutilização de artigos têxteis em Portugal na era de Quinhentos. A sua análise visa uma melhor compreensão do modo como os portugueses se relacionavam com este universo material, assim como o que o mesmo então representava para os diferentes agrupamentos sociais – aspectos que se crêem relevantes ao melhor enquadramento deste domínio artístico na história do quotidiano e da arte portuguesa, mas que, de tão aparentemente banais, têm constituído um campo de investigação pouco explorado.

Abstract *The present text deals with the phenomenon of conversion and reuse of textiles in Portugal during the 16th century. This article aims at contributing to a more profound knowledge of how the Portuguese related to this material universe as well as what it represented to the different social groups at the time – two relevant aspects for the comprehension of this artistic field in the history of Portuguese art and everyday life, apparently such a trivial matter that so far it has basically remained unexplored as a research field.*

Embora ainda sejam apreciados na actualidade como símbolos de conforto e de prestígio, os têxteis deixaram – desde o século XVIII e o início da industrialização – de se prefigurar como um património precioso, tal como foram entendidos na sociedade ocidental, designadamente no Renascimento.

Com o advento da Idade Moderna e de uma renovada mentalidade gradualmente vocacionada para as questões humanas, em complemento às questões divinas, os têxteis conheceram uma enorme projecção. A crescente

¹ O texto que agora se publica corresponde a uma versão alargada de uma comunicação com o mesmo título apresentada no XXVIII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, organizado pela Universidade do Minho, em Guimarães, em Novembro de 2008.

* Investigadora do CHAM – Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências da Universidade Nova de Lisboa – Universidade dos Açores. Desenvolve presentemente um projecto de pós-doutoramento intitulado *Entre a utilidade e o deleite: o património têxtil na Casa de Bragança (séculos XVI-XVIII)*, na qualidade de bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/76288/2011).

preocupação com a individualidade, o reconhecimento social, a afirmação pessoal e familiar ou o bem-estar assumiam cada vez maior relevância no quotidiano de então, acabando por contribuir para a redefinição do estatuto e protagonismo destes elementos, cada vez mais requisitados. Graças às alterações produzidas na sociedade coeva e no domínio da manufactura europeia, no que se refere ao desenvolvimento de tecnologias de fabrico mais elaboradas com recurso a matérias-primas de excepção e a soluções decorativas mais sofisticadas, assiste-se a uma crescente valorização dos têxteis e a um maior apreço por estes artigos entre as classes mais abastadas. A elevada reputação criada em torno de alguns centros manufactureiros europeus e os preços exorbitantes a si associados, apenas acessíveis a pequenas franjas da sociedade, ou a colaboração de artistas de renome na idealização de modelos compositivos para tapeçarias, tecidos ou bordados, atestam bem este fenómeno. Veja-se, por exemplo, a encomenda do papa Leão X (1475-1521) a Rafael (1483-1520), em 1515, de uma série de tapeçarias para a capela Sistina no Vaticano² e o envolvimento de alguns dos mais proeminentes artistas deste período na criação de desenhos para tecidos e bordados em seda. Com efeito, foram vários os que participaram neste processo, merecendo referência Jacoppo Bellini (1423-1470/71), Antonio del Pollaiuolo (c. 1431-1498), Sandro Botticelli (1445-1510), Raffaellino del Garbo (1446-1524) e Pierino del Vaga (1500/1-1546/7)³. Destes, merece-nos particular atenção Boticelli pela colaboração que prestou na concepção de cartões para um núcleo de paramentos encomendado por D. João II, na primeira metade da década de oitenta de Quatrocentos, para a igreja de San Miniato del Monte (Florença), onde se encontra sepultado D. Jaime (1433-1459), cardeal de Portugal, e do qual ainda subsiste o capuz de um pluvial⁴ (fig. 1).

² De que ainda hoje subsistem os respectivos cartões no Victoria & Albert Museum, em Londres. Sobre este tema vd. FERMOR, Sharon – *The Raphael Tapestry Cartoons. Narrative. Decoration. Design*. Londres: Scala Books; The Victoria and Albert Museum, 1996.

³ Cf. THORNTON, Peter – *Form and Decoration. Innovation in the Decorative Arts. 1470-1870*. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1998, p. 12; POLI, Doreta Davanzo – *Seta & Oro. La Collezione Tessile di Mariano Fortuny*. Veneza: Arsenale & Editrice, 1997, p. XIII.

⁴ Sobre esta peça veja-se o estudo de ATANÁZIO, Manuel Mendes – *Il Capuccio di Piviale al Museo Poldi-Pezzoli e altri Paramenti della Cappella del Cardinale di Portogallo*, separata da revista *Commentari*, XIV, n.º 4, 1963, entretanto publicado sob a forma de capítulo intitulado “Os Paramentos recamados da Capela”, in *A Arte em Florença no Século XV e a Capela do Cardeal de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 137-155; o texto de CARVALHO, José Alberto Seabra – “Um Capuz Florentino de Encomenda Portuguesa”, in ALARCÃO, Teresa; CARVALHO, José Alberto Seabra – *Imagens em Paramentos Bordados. Séculos XIV a XVI*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1993, pp. 50-51; e a entrada de catálogo recentemente



Fig. 1 – Capuz de pluvial bordado com a figuração da Coroação da Virgem a partir de desenho da autoria de Sandro Botticelli (encomendado para a capela do cardeal de Portugal na igreja de San Miniato al monte), séc. XV.

Extr. de Giuseppe CANTELLI, *Storia dell'Oreficeria e dell'Arte Tessile in Toscana. Dal medioevo all'età moderna*. Florença: Banca Toscana, 1996, p. 156.

Da mesma forma importa aludir à proliferação, do ponto de vista morfológico-funcional, de novos e diversificados tipos de espécimes têxteis, concebidos com o intuito de acompanhar a gradual complexidade dos códigos de conduta sociais e protocolares que então se implementam, tanto no âmbito do vestuário como dos adereços usados no quotidiano, no engalanar dos ambientes arquitectónicos e dos meios de transporte, por exemplo. Assim o sintetiza Fernand Braudel: “*as sociedades do passado valorizaram os tecidos, a roupa, o vestuário aparatoso. Também o interior das casas apela aos tecidos, cortinados, revestimento de paredes, tapeçarias, armários cheios de lençóis e panos finos. É a vaidade social que joga aqui forte e a moda é soberana*”⁵. É neste contexto, abreviadamente exposto, que os têxteis assumem na sociedade moderna um desempenho bem mais relevante do que aquele de índole funcional que se poderia crer num primeiro momento; não só se convertem em espécimes de elevada estima e preço, como consubstanciam o estatuto e condição económico-social de quem os possui, passando a afirmar-se como veículos de projecção, afirmação e poder⁶.

publicada por RIZZINI, Marialuisa – “Cappuccio di piviale con l’incoronazione della Vergine”, in LORENZO, Andrea Di (coord.) – *Botticelli nelle collezioni lombarde*. Milão: Silvana Editoriale; Museo Poldi Pezzoli, 2010, pp. 70-73.

⁵ BRAUDEL, Fernand – *Civilização Material, Economia e Capitalismo. Os jogos das trocas*. Lisboa: Teorema, tomo 2, 1992, p. 272.

⁶ Michel Pastoreau refere precisamente a carga emblemática subjacente ao vestuário e a sua contribuição para a localização dos indivíduos nos agrupamentos que compõem a sociedade. Cf. PASTOREAU, Michel – *Couleurs, Images, Symboles. Étude d’Histoire et d’Anthropologie*. Paris: Le Léopard d’Or, s/d, p. 40. Também Maria José Palla aborda

A conversão e reutilização dos têxteis. Conceitos e formas de intervenção

Uma análise atenta de testamentos e inventários de bens de algumas das mais ilustres figuras da aristocracia portuguesa do século XVI, complementada pela consulta de outro tipo de documentação coeva, revela-nos importantes informações acerca do estatuto e da vivência dos têxteis em Portugal, na era de Quinhentos. Do estatuto, porque da sua leitura se nos afigura irrefutável o prestígio e o protagonismo de que os têxteis então se revestiam no quotidiano, nomeadamente, naquele de contexto régio. Tanto assim é que são as peças têxteis que se destacam nos elencos da maior parte das fontes que tivemos oportunidade de analisar. Estas e outras obras maioritariamente enquadráveis no domínio das Artes Decorativas e das matérias preciosas, como a ourivesaria e a joalharia, sobressaem em relação a outro tipo de bens, como aqueles do foro das artes liberais; as obras de arte pictóricas e escultóricas só mais tarde (a partir do século XVII) tendem a destacar-se nos acervos patrimoniais nacionais, tal como se assiste noutros estados europeus desde tempos mais recuados.

Com efeito, a sua relevância e predomínio inequívocos no quotidiano coevo, ainda marcado por uma considerável itinerância, é facilmente atestada nos inventários pelas extensas listagens de bens arrolados neste âmbito, por vezes apenas equiparáveis às referências a peças em matérias preciosas, sendo que o ouro, a prata e as pérolas surgem sobretudo associados à feitura de jóias pessoais, de objectos de aparato e de finalidade religiosa, como as relíquias. Veja-se o *Livro da Recâmara dos Reis D. João III e de D. Catarina de Áustria* ou o inventário de bens de D. Teodósio I⁷, ambos de cerca de meados de Quinhentos, nos quais se distinguem longas listas de peças de vestuário e de outras destinadas ao recheio das habitações enunciadas

esta questão, acrescentando que, neste contexto, essa mesma sociedade molda a conduta humana, induzindo-lhe uma determinada expectativa. Cf. PALLA, Maria José – *Do Essencial e do Supérfluo. Estudo Lexical do Traje e Adornos em Gil Vicente*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, p. 29.

⁷ Embora não datado, o primeiro manuscrito reporta-se ao inventário do Palácio Real de Évora entre 1555 e 1557 e, segundo Annemarie Jordan, inclui apenas os bens de D. Catarina; cf. JORDAN, Annemarie – *The development of Catherine of Austria's collection in the Queen's household: Its character and cost*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Brown Universit. [Providence]: 1994, pp. 174-175 (texto policopiado). Quanto ao inventário de bens de D. Teodósio I, exarado após a sua morte em 1563, o seu estudo tem sido desenvolvido no âmbito de um projecto de investigação em que participamos coordenado por HALLETT, Jessica – *De Todas as Partes do Mundo: O património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*, promovido pelo Centro de História de Além-Mar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em parceria com a Fundação da Casa de Bragança e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HAH/71027/2008).

de forma agrupada por tipologias funcionais e materiais. Afinal, também a quantidade e a qualidade de peças têxteis de que se dispõe e a possibilidade de as variar de forma mais ou menos assídua corroboram materialmente da riqueza e estatuto dos seus detentores, justificando o intenso investimento dos poderosos na sua aquisição e sequente exibição. Entre os vários exemplos de abundância têxtil, refira-se, tão-somente, o guarda-roupa do rei D. Manuel I (1469-1521), cuja quantidade de espécimes devia ser de tal forma considerável que, de acordo com a *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, “quasi todolos annos mãdaua repartir duas vezes muitos de seda, & pãno cõ hos fidalgos, caualeiros, & scudeiros, & moços de camara que andauão na Corte, de que per seu faleçimento sobejarão tãtos que poucos dos seus moradores ficarão sem hauer algũa peça delles”⁸.

Da mesma forma, este *corpus* documental faculta-nos meios de pesquisa acerca da vivência porque denuncia procedimentos e hábitos intrínsecos transversais a todas as classes da sociedade portuguesa. De entre as práticas emanadas da referida documentação, destaca-se a da conversão e reutilização sistemática dos artigos têxteis, independentemente da sua natureza religiosa ou civil e do contexto funcional em que se inscrevem, devendo-se aqui esclarecer as implicações de ambas: a primeira, como a expressão indica, pressupõe uma intervenção na peça têxtil com vista à transformação da sua natureza primeira, seja ao nível da respectiva morfologia, da funcionalidade ou do contexto de utilização; a segunda, a da reutilização, sugere um aproveitamento continuado no cumprimento de um mesmo desempenho ainda que por diferentes utilizadores e porventura em diferentes contextos, sendo de notar que, se ao acto de conversão se reconhece subjacente uma conjuntura de reutilização, o mesmo não se verifica necessariamente na situação inversa. Um óptimo exemplo é o que acontece com as roupas, as quais, como assinala Raffaella Sarti, “recicladas até ao infinito na família, (...) circulam de uma pessoa para outra, num jogo sem fim de adaptações e readaptações”, sublinhando mesmo a autora o facto de este se tratar de um jogo em que participa boa parte da sociedade⁹.

Integráveis no que Daniel Roche designa como “*subsolo da civilização, um domínio onde a rotina, a inércia, a magra consciência se encontram no auge da sua influência, um espaço onde reina o silêncio sobre as experiências*”

⁸ GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (ed. de Joaquim Martins Carvalho e David Lopes). Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, vol. 4, parte 4, cap. 84, p. 202.

⁹ SARTI, Raffaella – *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna* (Col. Temas de Sociologia, 15). Lisboa: Ed. Estampa, p. 320.

*comuns mas vividas maioritariamente no foro privado*¹⁰, estas práticas não foram exclusivas da sociedade portuguesa e muito menos se confinaram temporalmente ao período aqui em questão. Contudo, se alguns estudos foram já iniciados noutros contextos culturais, cremos que tal não se verificou ainda entre nós de forma suficientemente consolidada. Julgamos que o reconhecimento e análise deste *modus operandi* podem certamente contribuir para uma melhor compreensão da forma como se processava o relacionamento dos portugueses com este universo material, assim como o que o mesmo representava no século XVI para os diferentes agrupamentos sociais – dois aspectos que se crêem relevantes ao melhor enquadramento deste domínio artístico na história do quotidiano e da arte portuguesas, mas que, ainda assim, de tão aparentemente banais, têm constituído uma área de análise de somenos importância no âmbito da investigação nacional.

Talvez devido a essa mesma trivialidade, subjacente ao tipo de intervenções em foco no presente texto, nem sempre seja fácil ao investigador reconhecer elementos que permitam o seu amplo entendimento, em relação aos protagonistas, às tipologias de objectos têxteis afectados, aos tipos de operação realizados, ou à frequência com que os mesmos tinham lugar, por exemplo. Ainda que tenhamos conseguido reunir um conjunto significativo de informações dispersas por diferentes géneros de documentação, o primeiro inventário conhecido da casa de D. Catarina de Áustria (1507-1578), rainha de Portugal pelo seu casamento com D. João III (1502-1557), datado de 1528¹¹, merece-nos particular atenção pela quantidade e diversidade de indicações que fornece sobre o assunto. Destinado ao controlo contabilístico e material do acervo patrimonial daquela moradia, este inventário apresenta-se a tal ponto detalhado quanto ao destino destes bens que se afigura possível, ao leitor actual, como que acompanhar o que se passava na retaguarda daquela instituição e assim melhor conhecer esta realidade marginal. E desse ponto de vista, os informes recolhidos revelam-se tão mais interessantes e relevantes porquanto aquela casa era liderada por uma figura bem conhecida pelo seu gosto pelo luxo e pela abundância de bens e para quem adquirir parece ter sido a actividade

¹⁰ ROCHE, Daniel – *História das Coisas Banais. Nascimento do Consumo nas Sociedades Tradicionais (séculos XVII-XIX)*. Lisboa: Teorema, 1998, p. 11.

¹¹ ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO (A:N.T.T.), *Contas do Reino e Casa, Núcleo Antigo 790*. O referido inventário encontra-se transcrito e publicado no estudo de CANDEIAS, Maria dos Reis de Matos – *Os inventários da casa da rainha D. Catarina de Áustria*. Dissertação de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa: vol. 2, 1960 (texto policopiado). Sobre este e outros inventários de bens de D. Catarina cf. JORDAN, Annemarie – *Ob. cit.*

predilecta¹², mesmo quando Portugal atravessava uma séria crise económica. Os têxteis e seus derivados foram indiscutivelmente dos artigos mais apreciados pela soberana, como bem testemunham as verbas que a mesma despendeu, tanto na aquisição de enormes quantidades de peças de tecido (das mais variadas proveniências) destinadas a roupa para casa e para a própria, como no pagamento de feitiço de obras em pele ou bordadas, ou na manutenção dos objectos de uso quotidiano que precisavam de ser substituídos com alguma frequência¹³.

Com efeito, pese embora esta inegável opulência, assistimos a um dia-a-dia permanentemente marcado por intervenções sobre o espólio têxtil dos paços de Almeirim, de Lisboa ou de Évora, no sentido de o transformar e adaptar às necessidades diárias, tornando-se claro que os actos de conversão e de reutilização de artigos têxteis não se confinavam nem a contextos de carência, nem às pessoas de baixo estrato social.

Da leitura do inventário de 1528 é de igual modo de salientar que não é perceptível qualquer tipo de limitação no que respeita ao uso dos suportes têxteis em conformidade com finalidades funcionais específicas, como se irá verificar, gradualmente, a partir da segunda metade de Quinhentos, no âmbito do desenvolvimento da produção de tecidos com características diferenciadas para vestuário e fins decorativos. Nem tão-pouco se distingue uma separação entre o domínio sacro e o profano, na medida em que se assiste à conversão e adaptação de peças de índole civil noutras com fins religiosos, ao mesmo tempo que se reconhece a aquisição de grandes quantidades do mesmo tecido com vista à confecção de várias peças nos dois domínios.

Dos exemplos mencionados, os paramentos de cama são a tipologia que parece sujeitar-se às mais drásticas transformações, talvez pela quantidade de suporte têxtil implicado na sua confecção e pela morfologia que caracteriza as suas componentes, as quais reaparecem com as mais variadas funções, até mesmo como chapins¹⁴. Veja-se o caso de “*un pontifical de velludo de grana que se fis de un dossel que estava en la camara que es capa e casulla e doss almaticas E un frontal que tiene seys pannos fiso se las çenefas desto de damasco de grana en lo qual entro en dos çembastros e faldones e collares e dos estolas e tres manjpulos y funda de mysal e sobrefrontal e doss*”

¹² Cf. MENDES, Isabel Maria Ribeiro – “O «Deve» e o «Haver» da casa da Rainha D. Catarina (1525-1557)”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: 1990, vol. 28, p. 156.

¹³ Cf. *Ibidem*, pp. 142, 171 e seguintes.

¹⁴ A.N.T.T., *Contas do Reino e Casa*, Núcleo Antigo 790, f. liii verso.

*mangas e un panno destante e pano de pulpyto (...)*¹⁵. Também uma “*cama de campo de velludo narajado e damasco blanco*” foi desfeita em Lisboa para dar lugar a um pontifical composto por casula, estola, manípulo, guarrição de amito e frontal e, em simultâneo, a um “*forro de una caxa para una daga que se enbjo a duquesa de saboya*”¹⁶, enquanto no paço de Almeirim encontramos “*una guarnycion de velludo carmesy que es para mula*” feita a partir de um outro paramento de cama¹⁷.

No entanto, nem todos os conjuntos de cama sofreram metamorfoses tão drásticas. Muitos mantiveram a sua vocação inicial, ainda que tenham sido alvo de intervenções mais ou menos profundas, algumas devido ao seu estado de conservação e outras, presumimos, com vista ao acompanhamento das mudanças de gosto ou da estrutura da cama que adornavam, por exemplo. Citemos apenas três casos, nomeadamente: o de um “*dosel de brocado raso blanco e pardo*” que “*por mandado da Rainha se desato este dosel y se tíro un Ramo de brocado destes tress que tiene que estavam muyto çafado y se puso otro Ramo de brocado Raso (...)*”; o de um outro “*de brocado pelo morado e blanco de quatro pannos las doss de blanco e las doss moradas*” ao qual “*se quyto el un panno deste dosel del qual se anadyo otros tress para se hazer mas compljdo (...)*”; e, finalmente, o de novo dossel “*avellutado carmesy E avellutado morado que tiene quatro pannos las doss de morado y las doss de carmesy*”, cujos panos carmesim, depois de desmanchados, se transpuseram para outro conjunto ao qual se acrescentou ainda um “*otro Ramo pendido de avellutado Roxo en las illargas (...)*”¹⁸.

Segundo se infere da descrição de um cobertor constante do inventário que nos vem guiando, os panos que restavam destas intervenções podiam, também eles, ser convertidos em verdadeiras mantas de retalhos: “*cobertor de damasco carmesy de cama grande que tyene seys Ramos cada una (...)* *tyene entre Ramo e Ramo una vanda de brocado raso de una mano travessa las quales son syete tyras tiene aldeRedor una vanda del dicho brocado E del tamaño destrotas este damasco E brocado es de las camas que se desfisyeron e cobertor de velludo carmesy e damasco carmesy e de los pannos que se desfisyeron de brocado (...)*”¹⁹.

¹⁵ *Ibidem*, f. xlix verso-lvj.

¹⁶ *Ibidem*, f. lii verso.

¹⁷ *Ibidem*, f. lvij verso.

¹⁸ *Ibidem*, fl lvj.

¹⁹ *Ibidem*, fl lvij verso.

Outras peças houve que sofreram intervenções variadas, tanto no domínio civil como religioso, ao ponto de se assistir à transformação do forro de umas mangas de cetim em “*Caderas despaldas con sus asyentos e espaldares dovlados*”, de um pano de oratório num pano para o Santíssimo Sacramento da Confraria do Rosário de Tordesilhas ou de uma das camisas mouriscas lavradas da rainha ter sido desfeita “*para fazer otras para la prinçesa en almeryn*”²⁰, isto é, para Maria Manuela de Portugal (1527-1545).

Naturalmente que os artigos decorados com chaparia de prata ou fios dourados não escapavam, sendo que, por vezes, esses mesmos elementos metálicos eram fundidos com vista ao estrito aproveitamento da amálgama de prata dali resultante. Assim sucedeu com as “*tyras de chaperya de plata blanca asentada toda sobre velludo carmesy del anchor*” de uma “*cama Rica de brocados Rasos carmesy verde e blanco e morado que son tres pieças cabeçera e costanera e çielo*” que “*mando Su Altesa qujtar las tyras todas de chaperya de plata con su velludo destes tress pannos con sus alparavases e se fundjeron con su velludo preseute francisco velasques e cornejo e juan cansado ouryves y se hiso una pasta de plata que peso se-seunta marcos E dos onças*”²¹.

Noutras situações, as operações levadas a cabo neste domínio podiam implicar a mera remoção do metal com vista à sua manutenção e limpeza e/ou posterior aplicação noutro suporte, como se procedeu com “*un sillon guarneçido de velludo prieto (...)*” que existia em Évora e que “*por mandado verbal de su alteza se quyto la plata deste syllo para alímpiari (...)*” e “*Torno se a poner las pieças de plata que tenya este syllo sobre panno roxo de grana que se Recebio del thesorero duarte fernandes (...)*”²². O mesmo procedimento foi também empregue numa “*cota de çety blanco con doze tyras en doss bandas de oro tyradas e casy como trençadras seys en cada una entremetydas por baxo e aRiba de unas vandas de velludo blanco (...)*”, da qual, depois de desmanchada, se retiraram “*noventa e un codo de tyras do oro tyrado que pesaron quatro marcos e seys onças e quatro ochavas e (...)* se dyeron a duarte fernandes bordador para poner en un (sic) *cota de avellutado pardo (...)*”²³ – aduzimos tratar-se de situações motivadas pelo mau estado de conservação dos suportes então em uso ou, talvez, por uma mudança de gosto, corroborada pelo acesso a novos tecidos.

²⁰ *Ibidem*, f. lxx, lvj verso e cxi.

²¹ *Ibidem*, f. lij.

²² *Ibidem*, f. cvij verso.

²³ *Ibidem*, f. lxxij.

Ainda neste contexto merece atenção uma cama com a “*delantera Ilena de plata blanca de argenteyra e dorada bordada sobre velludo carmesy con tress grandes gryegas y tress escudos pequenos de las Armas de la señora archiduquesa (...)*” e cuja actuação acabou por se revelar intermédia, já que quase tudo foi fundido excepto os escudos, que se aproveitaram²⁴. Ora, os emblemas heráldicos eram também eles um outro aspecto que, não raras vezes, suscitava uma interferência nos artigos têxteis, muito em particular quando os mesmos transitavam de proprietário. Signos de identidade e de estatuto, em algumas situações de transferência estes elementos permaneciam nas peças, como forma de atestar a sua proveniência e enquanto sinal de reconhecimento e orgulho por parte de quem as recebia. São disso testemunho as referências aos doadores que encontramos na documentação, como aquela constante da visitação realizada ao Mosteiro de Alcobaça em 1525 (no âmbito de um incêndio que ali tivera lugar), relativa a um frontal “*de damasco (...) Roxo do tempo do cardeall [dom Jor]ge com suas armas porque (...) ho deu (...)*”²⁵ o cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa (1406-1508), ao referido cenóbio.

Noutras circunstâncias, peças que nada tinham apostado poderiam passar a incorporar as armas não de quem oferecia, mas de quem recebia. Assim imaginamos que se tenha verificado com o ornamento carmesim da capela da rainha D. Maria (1482-1517), segunda mulher de D. Manuel I, com base nas suas instruções testamentárias: “*que se de a San Domyngo de Santaren que le tengo prometydo muytoo e que lo pongan as armas de Lope de Baldyveso en cada peça que Remon as tyene a de ser ornamento casula e capa e almatycas e frontal*”²⁶.

A conversão e reutilização dos têxteis. Motivações e exemplos

São alguns os factores que terão contribuído para o implemento, de forma bem sedimentada entre os hábitos nacionais, dos costumes da conversão e reutilização sistemática dos artigos têxteis no sentido de, como acima expusemos, os aproveitar até ao limite das suas capacidades.

²⁴ *Ibidem*, f. lij.

²⁵ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, 1.ª parte, Maço 32, Doc. 86, *Carta do bispo de Titopole ao Rei, dando-lhe conta de tudo o que ardeu no incêndio que houve na capela-mor do Mosteiro de Alcobaça*, 1525, Agosto, 5, Alcobaça, publicado por GOMES, Saul António – *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal. Séculos XV a XVI*. Lisboa: Ministério da Cultura; IPPAR, 1998, p. 86.

²⁶ A.N.T.T., *Gavetas*, Gav. XVI, Maço 2, Doc. 1, *Testamento da Rainha D. Maria*, Lisboa, 1516, Julho, 26, publicado por REGO, António da Silva – *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, vol. 6, p. 108.

Há, desde logo, a considerar o valor intrínseco de que estes objectos se revestem, do ponto de vista económico, enquanto verdadeiras reservas de capital. Muito embora a Europa tenha beneficiado de um claro progresso no domínio da arte têxtil, a inexistência de uma produção em massa de artigos de excelência e os elevados custos inerentes às manufacturas mais disputadas e apenas acessíveis às elites minoritárias permaneciam. A aquisição de peças de qualidade revelava-se difícil e extremamente dispendiosa, não só devido à sua laboração com recurso a tecnologias pouco difundidas, mas também a matérias-primas onerosas (como o ouro, a prata, a seda, as pérolas ou os tintos), e por vezes de proveniência remota, que transformavam uma peça com estes materiais em algo equiparável a uma jóia, pelo que nada se podia perder; tudo se aproveitava, transformava e reutilizava.

Pelos mesmos motivos, a possibilidade de aceder aos têxteis de categoria significava, tacitamente, o prestígio e honra dos seus possuidores. Tanto assim que em França, um dos privilégios das senhoras nobres que serviam a rainha era receberem os vestidos que ela punha de parte²⁷. Consequentemente, e uma vez elevados a símbolos de poder, também do ponto de vista da representação social interessava a sobrevivência destes objectos, no sentido de os fazer render da melhor forma e durante o maior período de tempo possível ou, então, de os vender no mercado de usados, em situação de necessidade. Sobre este aspecto cumpre-nos salientar o quanto a natureza versátil – em termos de capacidade de adaptação ao cumprimento de muitos e diversificados desempenhos –, assim como as particularidades de que se revestem os têxteis, concorrem para a sua valorização (ainda que da mesma forma tenham condicionado o seu uso em termos de conservação e assim dificultado a sua manutenção para a posteridade).

É perante esta aura criada em torno do património têxtil que se assiste não só ao constante reaproveitamento dos bens pelos seus proprietários, mas ainda à prática de uma série de mecanismos responsáveis pela circulação e apropriação do espólio têxtil por diferentes intervenientes (por norma, pertencentes a classes sociais hierárquicas inferiores à daqueles que cedem os objectos), os quais, também eles, garantem a sua permanente reutilização – uma história que consideramos elucidativa em relação à itinerância que acompanha este tipo de objectos é a das opas ricas de brocado que Filipe II de Espanha usou no acto das cortes de Tomar em 1581 (fig. 2), entretanto “*oferecidas ao Conde de Matosinhos, o qual as daria,*

²⁷ Cf. SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 320.

depois, a Miguel de Moura, destinando-as este à fundação conventual de religiosas clarissas que o escrivão da puridade dotara em Sacavém”²⁸.



Fig. 2 – Filipe I de Portugal tal como se apresentou nas Cortes de Tomar, em 1581, óleo sobre tela, Museo Nacional de San Carlos, Cidade do México.

Extr. de BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, fig. 3.

Através de heranças ou contratos de casamento, de doações, de esmolas, de gratificações profissionais, de leilão por óbito, da venda, ou até de roubo, os artigos têxteis transitavam de proprietário e sujeitavam-se a uma nova identidade. Com efeito, e dado o seu valimento, estes eram assiduamente incluídos nos dotes de casamento ou nos bens arrolados para venda após a morte dos seus proprietários, de acordo com as instruções deixadas nesse sentido. Na primeira situação merecem particular referência os vestidos que integravam o dote de D. Catarina de Áustria aquando da sua entrada em Portugal, valendo a seguinte observação de D. Leonor (1428-1525), rainha viúva de D. João II (1455-1495): “*dizem que poucas rainhas vieram a Purtugal tam bem ataviadas de sua pessoa porque tras muitos vistidos e muy riquos e muitos colares d’ouro e de pedraria que lhe o imperador*

²⁸ LIBRARY OF THE CONGRESS (Washington), Manuscript Division, Port. 27, *Cartas das Novas das Cortes de Tomar a 16 de Abril de 1581*, tal como surge em cartas de Lopo de Almeida, citado por BOUZA ÁLVAREZ, Fernando – *Portugal no tempo dos Felipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*. Lisboa: Ed. Cosmos, 2000, p. 74.

deu”²⁹. Também as diversas séries de tapeçarias que, constantes das araras de princesas portuguesas e castelhanas, acabaram por transitar entre Portugal e Espanha são dignas de nota. É o caso daquela denominada *As Esferas*, encomendada por D. Catarina e D. João III a Bruxelas, entre 1520 e 1530 (fig. 3), para comemorar as viagens das descobertas iniciadas pelos seus antecessores e que se pensa terem incorporado o dote da sua filha D. Maria (1527-1545) aquando do seu casamento com Filipe II de Espanha, em 1543, passando, desde então, para o património espanhol³⁰. Na segunda conjuntura, de venda por morte, citemos apenas um excerto do testamento do Cardeal D. Henrique (1512-1580): “*mando, e declaro que todos os moveis que ficaram por falecimento de El Rey meu sobrinho, que Deos tem assim prata, ouro, joyas, tapeçaria, e todo o mais movel se venda pela ordem, que meus Testamenteiros derem (...)*”³¹.



Fig. 3 – Tapeçaria da série *As Esferas*, Bruxelas, 1520-1530.

Extr. de DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio; HERRERO CARRETERO, Concha; e GODOY, José A. – *Resplendence of the Spanish Monarchy. Renaissance tapestries and armor from the Patrimonio Nacional*. Nova Iorque: The Metropolitan Museum of Art, 1991, p. 7.

²⁹ BRAGA, Isabel Mendes Drumond – *Um Espaço, Duas Monarquias (Interrelações na Península Ibérica no Tempo de Carlos V)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa; Hugin, 2001, p. 42.

³⁰ Sobre este assunto cf. CHECA CREMADES, Fernando – *Tesoros de la Corona de España. Tapices flamencos en el siglo de oro*. Bruxelas: Fonds Mercator, 2010, pp. 149-153; e GSCHWEND, Annemarie Jordan – “Dotes regias. Las colecciones de tapices de María de Portugal y Juana de Austria (1543-1573)”, in CHECA CREMADES, Fernando; GARCÍA, Bernardo (ed.) – *Los Triunfos de Aracne. Tapices flamencos de los Austrias en el Renacimiento*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2011, pp. 295-348.

³¹ A.N.T.T., *Gavetas*, gaveta XVI, Maço 1, Doc. 13, desde logo publicado por SOUSA, D. António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora Ld.^a, tomo 3 – 1.^a parte, 1948, p. 551.

No entanto, nem sempre os têxteis, a par de outros bens valiosos, tinham de ser vendidos para com o seu dinheiro se compensarem dívidas e cumprir legados; eles próprios se prefiguravam como uma forma muito apreciada de pagamento quer de serviços prestados quer de mercês, por exemplo, aos funcionários das moradias régias, tanto junto do pessoal feminino como masculino, nomeadamente sob a forma de vestuário ou de peças de tecido. No estudo que Isabel Mendes realiza a propósito da Casa de D. Catarina de Áustria³², dá-nos disso alguns exemplos, como o de D. Maria de Meneses, neta do conde de Vila Nova que, a 2 de Setembro de 1527, recebe 16 côvados e duas terças de veludo preto para uma cota, ou o do filho do reposteiro Diogo Martins que, 3 anos mais tarde, recebe 15 côvados de pano de 200 reais o côvado, enquanto Damião de Góis foi agraciado em 1531 com uma mercê em objectos da qual constava um pano verde para mesa³³.

Curiosamente, também no testamento de D. Isabel Gomes de Limy, 4.^a esposa de Ruy Dias de Góis e mãe do grande humanista português, encontramos instruções com vista à venda em privado dos seus pertences têxteis: “*Item, dise que os seus vestidos que forẽ achados a ora do seu falecimetos os vẽdãõ seus filhos ãotre sy per avaliação sem jrẽ a praça (...)*”³⁴.

Por outro lado e como Raffaella Sarti observa, “*Num contexto em que a produção de peças de vestuário ainda não atingiu dimensões de massa, o comércio de usados tem um importante papel: não é por acaso que em muitas cidades há bancas, pequenos mercados e revendas de peças usadas em muitas áreas centrais, como as ruas em redor da Piazza Navona em Roma*”³⁵. Ora também em Portugal encontramos notícia acerca deste tipo de comércio, nomeadamente na Feira da Ladra, em Lisboa, onde, de acordo com o texto de João Brandão, datado de 1552, “*Vãõ mais à dita feira, entre brancas e negras e mouras, passante de 50, as quais vãõ vender todo o género de roupa e pertenças de casas velhas, que são tantas as coisas que a memória as não alcança. E me parece que vale a feira desta roupa velha sessenta mil reis, antes mais que menos*”³⁶.

Importa contudo assinalar que não eram apenas as roupas que alimentavam estes mercados de segunda e terceira mãos. Até mesmo os trapos e

³² MENDES, Isabel Maria Ribeiro – *Ob. cit.*, p. 137-211.

³³ IDEM, *Ibidem*, pp. 152 -155.

³⁴ HENRIQUES, Guilherme J. C. – *Inéditos Goesianos*. Lisboa: Typographia de Vicente da Silva & Ca, 1896, vol. 1, p. 22.

³⁵ SARTI, Raffaella – *Ob. cit.*, p. 320.

³⁶ BRANDÃO, João – *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 93.

os retalhos concorriam para o abastecimento deste comércio alternativo, como nos informa o mesmo autor, ao referir a ocupação de “*outras 40 mulheres velhas e negras e mouras, que têm por ofício buscar toda a semana trapos velhos e lavá-los, e outras coisas de toda a qualidade; e à terça-feira o estão vendendo na feira, que lhe não escapa coisa que não vendam*”³⁷. João Brandão adianta de igual modo informação acerca da existência de “*6 casas onde tecem mantas de retalhos, urdidadas com lã e tecidos com retalhos que juntam pela cidade e por casas dos alfaiates*”³⁸, uma actividade que envolvia “*Em cada casa três, quatro teares*”, portanto, cerca de 20 manteiros³⁹.

Estamos em crer que a noção de trabalhos com recurso a retalhos não deve confinar-se ao emprego de fragmentos de tecidos, nem tão-pouco a um tipo de actividade cujo produto final se destinava às classes mais desfavorecidas ou era tido como despreciando como, aliás, tivemos já oportunidade de notar a respeito de um cobertor composto por vários fragmentos, constante do inventário de bens da casa de D. Catarina, esposa de D. João III. É também nesse sentido que aponta o inventário de bens de D. Teodósio I, 5.º duque de Bragança (1510-1563), realizado após a sua morte, no qual, entre as trinta e nove alcatifas de Castela que elencam a sua colecção de cento e trinta e um tapetes, consta “*Huã alcatifa Muito grande de Castella e muito uelha toda feita pedaços que ia não Serue foi aualiada Em dois Mil reis diguo Em Mil e quinhentos Reis*”⁴⁰. Esta ideia pode ainda ser coadjuvada por duas outras vias documentais, designadamente através da observação de algumas pinturas portuguesas e, muito em particular, de alguns tapetes ainda existentes, como nos alertou a investigadora Jessica Hallett⁴¹: atente-se num quadro de Francisco de Campos, *Santa Ana, a Virgem e Santa Isabel*, de cerca de 1570, no qual se distingue a justaposição de três padrões diferentes (fig. 4), porventura, como resultado de um processo criativo por parte do artista ou, tão simplesmente, da reprodução de um modelo feito a partir de fragmentos cosidos. A mesma opção, de união de diversos fragmentos, pode também ser observada num tapete persa guardado no acervo do Museu Nacional de Arte Antiga (n.º Inv. 15 Tp): proveniente

³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 211.

³⁸ *Ibidem*, p. 189.

³⁹ É pelo menos assim que os encontramos designados numa outra obra contemporânea: “*Manteiros que fazem mantas de retalho oito*”. Cf. OLIVEIRA, Cristovão Rodrigues – *Lisboa em 1551. Sumário*. Lisboa: Livros Horizonte, 1987, p. 95 (1554).

⁴⁰ Cf. BIBLIOTECA DE D. MANUEL II (Vila Viçosa), *Inventário dos bens de D. Teodósio continuando com a Duquesa sua mulher D. Brites e seu filho o Duque D. João, Lisboa, 15 Dezembro 1665*, Res. Ms. 18, f. 256 v.

⁴¹ A quem muito agradecemos o alerta e as indicações facultadas.

do convento da Estrela, em Lisboa, trata-se, como Hallet refere, de um facto interessante porque, embora se encontre muito emendado, mantém o padrão/desenho muito simétrico e perfeito (fig. 5) (provavelmente resultante do aproveitamento de um par de tapetes iguais, os quais terão sido cortados e cosidos para fazer um só).



Fig. 4 – *Santa Ana, a Virgem e Santa Isabel*, Francisco de Campos, 1570.
Extr. de HALLETT, Jessica; e PEREIRA, Teresa Pacheco (coord.) – *O Tapete Oriental em Portugal. Tapete e pintura séculos XV-XVIII*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2007, p. 68.



Fig. 5 – Tapete persa (pormenor), Museu Nacional de Arte Antiga (n.º Inv. 15Tp).
Extr. de HALLETT, Jessica; e PEREIRA, Teresa Pacheco (coord.) – *Ob. cit.*, p. 107.

Contanto que a emenda (remendo) não se afigure em si própria como uma situação de conversão ou reutilização, esta era uma das modalidades a que muito naturalmente se recorria com vista ao reaproveitamento de uma peça têxtil. No caso das alcatifas ou tapetes, o processo estava mesmo não só contemplado como uma das tarefas consignadas à corporação dos oficiais mecânicos tapeceiros, como, ainda, incluído no título do próprio *Regimento da corporação do ofício de Tapiceiros e pessoas que concertão panos de tapeçaria e allcatifas*, de 1558, publicado no Livro 1.º de Registo de Posturas⁴². A basearmo-nos numa outra pintura, desta feita da autoria de Francisco Henriques, *Missa de São Gregório* (c. 1508-1511), também estas intervenções parecem não afectar o valor intrínseco dos objectos têxteis, nomeadamente de um tapete com padrão octogonal proveniente de Espanha que o autor reproduziu, deduzimos, tão fielmente, que transpôs o que parece ser um remendo num dos cantos (fig. 6).



Fig. 6 – *Missa de São Gregório* (Pormenor), Francisco Henriques, c. 1508-1511.

Extr. de HALLETT, Jessica; e PEREIRA, Teresa Pacheco (coord.) – *Ob. cit.*, p. 60.

⁴² LANGHANS, Franz-Paul – *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1946, vol. 2, pp. 720-723.

Mas a circulação dos têxteis e a sua sequente reutilização ou conversão por parte de outrem não se justificam apenas à luz de uma componente valorativa de carácter material, pecuniário ou de prestígio em relação a quem disponibiliza e a quem recebe. Há também o aspecto afectivo que se pressupõe subjacente à transferência de objectos desta natureza por via, por exemplo, testamentária, como transparece no seguinte excerto do testamento datado de 1557 da infanta D. Maria de Portugal (1538-1577), casada em 1565 com Alexandre Farnesio, 3.º duque de Parma: “*Donna Beatrice da Castello Branco o Beatrice di San Francesco è una delle persone che piú amai in questa uita... se gli dará un uestito delli miei per far qualche cosa per il suo oratorio o cosa equiuivalente*”⁴³.

Tão ou mais importante que todos estes aspectos considera-se ainda o facto dos têxteis se terem transformado em importantes veículos de intervenção religiosa⁴⁴ e social, em particular através dos instrumentos de doação a instituições eclesiásticas e de caridade. Como Fausto Sanches Martins observa, o processo de doação era dominado sobretudo por razões de carácter espiritual, as quais se traduziam no pedido de sepulturas dentro do espaço sagrado ou, na maior parte dos casos, da celebração de missas pela alma dos doadores e seus familiares⁴⁵.

Ainda que se reconheça um móbil de incontestada devoção inerente a estas iniciativas, não se deve, todavia, ignorar que o princípio básico de toda e qualquer doação assentava no aforismo latino *do ut des*, isto é, *dou para que dê*⁴⁶. Não estava apenas em causa a busca da salvação e intervenção divina junto dos doadores, mas a própria sobrevivência e projecção da instituição religiosa. Nesse sentido, os doadores podiam perpetuar a sua memória junto das casas das comunidades religiosas que instituíaam ou protegiam, ao mesmo tempo que os seus legados se estabeleciam como

⁴³ ARCHIVIO DI STATO DI NAPOLI, *Carte Farnesiane*, Maço, 1326, VII, *Testamento di Maria di Portogallo*, publicado por PELLIZARI, Achile – *Portogallo e Italia nel Secolo XVI. Studi e Ricerche storiche e letterarie*. Nápoles: Societá Editrice F. Perrella e C., 1914, p. 274.

⁴⁴ Sobre este assunto vd. FERREIRA, Maria João Pacheco – *Os têxteis chineses no contexto religioso português de aparato entre os séculos XVI e XVIII*. Porto: Tese de doutoramento em História da Arte Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, vol. 1 (texto policopiado), em particular, os capítulos 1.3 “Proveniência e sacralidade dos têxteis religiosos” e 3. “A angariação de adereços e a manufatura dos têxteis utilizados nas celebrações”.

⁴⁵ MARTINS, Fausto Sanches – *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas de Portugal: 1542-1759. Cronologia. Artistas. Espaços*. Tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: 1994, vol. 2, pp. 91-92; 98 (texto policopiado).

⁴⁶ MARTINS, Fausto Sanches – *Ob. cit.*, p. 91.

uma verdadeira reserva de valor que, em conjuntura de aperto, se podia vender. Não foi, assim, por acaso que o processo de doação constituiu sempre uma das modalidades habituais das comunidades religiosas engrossarem o seu património e alcançarem uma base segura de sustentação e financiamento de obras⁴⁷.

Logo se compreende melhor a aparente indiferença da Igreja Católica relativamente à inclusão deste tipo de património, na sua maioria de origem e uso profano, no contexto religioso pois, mais do que a preocupação com a correcta adaptação dos têxteis litúrgicos às suas funções e circunstâncias de emprego, parecia haver maior interesse no entesouramento ou no colecionismo de peças de valor excepcional⁴⁸ (à época assim consideradas). Nessa circunstância encontravam-se decerto os espécimes doados por membros das elites sociais, cuja história, muitas vezes tornada lenda, se encarregava de difundir e perpetuar nos anos (e até séculos) vindouros, como testemunha o exemplo da rainha Santa, D. Isabel de Aragão (1271-1336), mulher do rei D. Dinis, que ofereceu a Santiago de Compostela, ao enviuar, “*os mais nobres e melhores panos apostados com muito aljofar, pedras ricas, penas que viuendo com ElRey seu marido vestira (...). E offereceo hi huns panos dondas de geebe rozado com sinaes de Portugal, & de Aragom, em que andaua muito aljofar*”⁴⁹.

Esta tradição de ofertar têxteis, fossem eles peças de vestuário ou adereços decorativos como tapeçarias e alcatifas, ainda que nem sempre dotados de insígnias pessoais dos doadores como aqui se refere, manteve-se junto das figuras régias e dos seus familiares directos, assim como entre os nobres e os eclesiásticos distintos – e até mesmo de pessoas mais modestas que contribuíam em função das suas possibilidades –, como se deduz da leitura da documentação quinhentista que tivemos oportunidade de analisar. A título de exemplo e no que se refere à oferta de vestes litúrgicas que apenas transitam de proprietário, merece atenção um codicilo apenso ao testamento da rainha D. Catarina de Áustria, no qual se enuncia a distribuição a que os pontificais e ornamentos da sua capela se deviam sujeitar: “*Ao Mosteiro da Madre de Deos se darão os dous pontificaes inteiros huum de damasco branco e outro de damasco roxo. E ao Mosteiro de São Francisco de Enxobregas o pontifical de*

⁴⁷ IDEM, *Ibidem*.

⁴⁸ PIPONNIER, Françoise – “Les Matières Premières des Vêtements Liturgiques”, in ARIBAUD, Christine (coord.) – *Destins d'Étoffes. Usages, ravaudages et réemplois des textiles sacrés XIVe – XXe siècle*. Toulouse: Framespa, 2006, p. 22.

⁴⁹ BRITO, Frei Bernardo de – *Monarchia Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980, tomo 6, p. 513 (ed. fac-similada da 1.^a ed.).

*veludo carmesi e ao de São Domingos de Lisboa se darão dous ornamentos hum de veludo preto que chamão dos martyrios e outro de veludo carmesi com seus frontaes e cortinas pera ajuda de se dizerem as missas que na Igreja de Nossa Senhora da Escada (...). E o pontifical de damasco preto se dara ao Mosteiro de Val Bemfeito (...). E os outros ornamentos se repar-tirão polos mosteiros pobres que a meus testamenteiros parecer teer mais necessidade*⁵⁰.

Num outro contexto de artigos doados a casas religiosas, neste caso, vestuário civil com vista à sua conversão e uso no contexto religioso, note-se, desde logo, o protagonismo do rei D. Manuel neste domínio, pois, de acordo com as palavras do seu cronista, “*quasi a todas as Igrejas do Regno se deram ornamentos dos seus roupões, capas, & opas de seda, brocado, tella douro, & prata que pera isso se desfezerão*”⁵¹. Mesmo incorrendo num certo exagero, o Venturoso determinou, efectivamente, no seu testamento que, além dos paramentos que deviam ser dados à igreja, mosteiro ou convento onde o seu corpo fosse enterrado, também “*todos os meos vestidos de sedas e brocados que ao tempo de meu falecimento ficarem e ouver em minha guarda roupa e tysouro se desfaçam todos em ornamentos e feos (sic) os ditos ornamentos se despemdam por igrejas e moesteiros d’homeens e molheres destes reynos omde parecer que he mais necesario e primeiramente nas igrejas do meestrado de Christos a que sam mais obrigado pello muyto que delle teenho avido teemdo porem as igrejas do disto meestrado diso necesidade*”⁵². Esta era uma cláusula que basicamente acompanhava as disposições testamentárias régias quinhentistas, sendo que também no testamento de D. Sebastião (1554-1578), datado de 13 de Junho de 1578, podemos ler: “*Todos os meus vestidos de seda, brocado, e tella que se acharrem em minha guarda roupa e thizouro se desfaçam em ornamentos e vestimentas para as Igrejas das missas Mesttraes que são da minha obrigaçã,*

⁵⁰ A.N.T.T., *Gavetas*, Gav. XVI, Maço 1, Docs. 11-12, *Vários Documentos dos Quais Constam as Pertenças da Rainha Dona Catarina. Codycillo da rainha Dona Catarina que Deus Tem*, 1577, publicado por REGO, António da Silva – *Ob. cit.*, p. 30.

⁵¹ GÓIS, Damião de – *Ob. cit.*, parte 4, cap. 84, p. 202.

⁵² A.N.T.T., *Gavetas*, Gav. XVI, Maço 2, Doc. 2, *Testamento de el-rei D. Manuel*, Mosteiro de Peralonga, 1517, publicado por REGO, António da Silva – *Ob. cit.*, vol. 6, p. 112. Ainda em vida, em concreto no ano de 1507, pelo menos duas igrejas da Ordem de Cristo – a da Reigada (no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo) e da Longroiva (concelho de Meda) – receberam “*Húa capa de damasco pardo com seu sevastro de velludo verde e seu capello, franjada de retros preto e alionado, forrada de pano d’estopa vermelho que deu el rey nosso senhor*” e “*Outra vestimenta de çetim vellutado negro com seu sevastro de çetim vellutado pardo, franjada de rretros branco e vermelho, que deu el rey*” cada uma; cf. DIAS, Pedro – *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*. Coimbra: 1979, p. 13.

e não sendo necessidade seja para as Igrejas e Mosteiros que a meus Testamenteiros parecer ter mais necessidade”⁵³. Note-se, contudo, que era frequente os soberanos tomarem este tipo de iniciativa ainda em vida, nomeadamente por ocasião de estadas ou visitas devocionais que realizavam às casas religiosas, contribuindo as mesmas para a sua boa imagem junto dos súbditos. Foi o que se verificou com D. Sebastião quando, no contexto de uma viagem a Coimbra, em 1570, passou pelo mosteiro de São Marcos, nas proximidades de Ançã e Tentúgal, onde “*esteve e dormiu uma noite na hospedaria da enfermaria, e aqui deixou uma capa de que se fez uma vestimenta para a festa dos dias dos Santos Martyres duplex*”⁵⁴.

Ainda neste domínio de artigos originalmente utilizados no contexto profano, importa mencionar a situação dos vestidos femininos que transitam para a esfera sagrada em duas circunstâncias muito concretas, nomeadamente como guarda-roupa das religiosas recém-convertidas e das esculturas devocionais. Sobre os primeiros, Cantelli esclarece: “*La suora diventa sposa di Cristo. Le converse delle classi dominanti entravano in convento con un vero e proprio corredo e l’habito nuziale era ricchissimo e fatto con stoffe prezioze e all’ultima moda. Emblematicamente esso era un addio alla vita mondana e la spoliazione da questo abito aveva un profondo significato morale. Così queste sontuosissime vesti venivano trasformate, per devozione e come simbolo di abbandono delle vanità terrene, in paramenti sacri*”⁵⁵. Ora, são muitas as vozes que ecoam contra a riqueza e os hábitos verdadeiramente mundanos que acompanham as noviças na sua nova vida religiosa, como bem ilustram as muitas patentes liberadas com o objectivo de inverter a situação, prolongada pelos séculos fora. Assim o confirmam as sucessivas patentes decretadas já na segunda metade de Setecentos, como aquela da autoria de Frei António de Santa Coleta, Ministro Provincial, datada de 29 de Abril de 1760, acerca do Mosteiro da Conceição de Beja, na qual podemos ler: “*Admoestamos a Vossa Reverencia que quem deixa o mundo para viver no claustro deve espoliarse de todas as profanidades do século pelo que recomendamos muito (...) não consinta*

⁵³ Testamento del Rey D. Sebastião, publicado por SOUSA, D. António Caetano de – *Ob. cit.*. Coimbra: Atlântida – Livraria Editora Ld.^a, 1948, tomo 3 – 1.^a parte, p. 256 (refere o autor ter copiado o testamento do exemplar existente no Livro 13 dos copiadorees da “Livraria Manuscripta do Duque de Cadaval”, por o não ter encontrado na Torre do Tombo).

⁵⁴ CASTRO, Augusto Mendes Simões de – *Notas Acerca da Vinda e Estada de El-Rei D. Sebastião em Coimbra no ano de 1570 e do modo como foi recebido pela Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1922, p. 44.

⁵⁵ CANTELLI, Giuseppe – *Storia dell’Oreficeria e dell’Arte Tessile in Toscana. Dal medioevo all’età moderna*. Florença: Banca Toscana, 1996, p. 247.

*que alguma religiosa traga sayas que não sejam honestas, adornos que respirem indecencias ou calçado que passe a escandaloso (...)*⁵⁶.

Sobre o hábito de vestir a imaginária segundo a moda do tempo dos fiéis, em particular a figura da Virgem, muito embora só mais recentemente se tenham envidado esforços aturados no sentido de compreender melhor o fenómeno, parece tratar-se de um procedimento particularmente peculiar dos países do Sul da Europa católica, cuja origem remonta aos séculos XII e XIII⁵⁷. Aparentemente, as iniciativas de oferecer, mandar fazer ou até emprestar vestuário feminino às sagradas imagens esculpidas da Virgem com o beneplácito da Igreja devem ser compreendidas como uma forma, levada ao extremo, de contribuir para o processo de humanização da mesma no seu papel de intercessora entre Deus e os homens, que se vinha firmando desde o século XII⁵⁸. De acordo com os testemunhos materiais e documentais existentes, também os portugueses se terão associado a esta tradição, a qual ainda se mantém na actualidade⁵⁹. Disso nos dá testemunho, uma vez mais, o inventário de 1528 da Casa de D. Catarina, no qual reconhecemos referências acerca do assunto, ao reportar-se a “*doss codos de brocado raso dello destes Ramos que avia en la camara con que se guarnçieron de tyras (...) un sayo dello para una Nossa senora da conceçion da ysla da madera a que se fiso de una marlota de cety aleonado*” e de um hábito de cetim branco a partir do qual “*se híso un abyto e un manto para nosa senora de Vystoria e un sayo para el njno Chris*”⁶⁰. Contanto que os restantes testemunhos de que dispomos sejam posteriores ao período a que circunscrevemos a nossa análise, o século XVI, julgamos ainda pertinente a sua menção, uma vez que não só corroboram a questão da oferta de vestuário como uma prática devocional antiga entre nós, como apontam a proveniência dos adereços utilizados com esta função: veja-se o caso de D. Inês Gonçalves da Câmara que, ao fim de alguns anos casada com D. Vasco Luís da Gama (1612-1676), 5.º conde da Vidigueira e 1.º Marquês de Niza, e sem conseguir engravidar, “*estando na sua villa da Vidigueira, determinou-se a Condessa a fazer suas devoçõens á Virgem Nossa Senhora, visitando-a muitas vezes, frequentando-lhe*

⁵⁶ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, Cód. 8398, *Patentes*, citado por SARAMAGO, Alfredo – *Convento de Soror Mariana Alcoforado. Real Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição*. Sintra: Colares Editora, s/d [1994], p. 147 (transcrição nossa).

⁵⁷ ALBERT-LLORCA, Marlène – “Des Vierges Vêtues Comme des Femmes?”, in ARIBAUD, Christine (coord.) – *Ob. cit.*, pp. 79-81.

⁵⁸ IDEM, *Ibidem*, pp. 82-83.

⁵⁹ Cf. FERREIRA, Maria João Pacheco – *Ob. cit.*, pp. 57-59; 137-141.

⁶⁰ A.N.T.T., *Contas do Reino e Casa*, Núcleo Antigo, 790, f. lii verso e lxx.

a sua casa com romarias, e mandando-lhe fazer hum vestido, que ella em pessoa lhe veyo vestir huma vespera de Nossa Senhora de Março”⁶¹.

Como nos informa Frei Agostinho de Santa Maria, também a escultura de Nossa Senhora de Belém, “de estatura muyto agigantada, porque terá oito palmos de alto” do mosteiro ieronimita de Santa Maria da Vitória, “he de vestidos, & assim tem muytos, & muyto ricos, & preciosos, que lhe offerceraõ as Rainhas, & Princesas: & ainda hoje as Senhoras da Corte lhe offercem as galas preciosas de seus desposorios”⁶². Era, afinal, uma outra forma de expressão devocional aos poderes das santas imagens, sendo que, em relação aos adereços usados no casamento, se tratava de ofertas com o intuito de garantir a protecção da Virgem na nova etapa da vida das suas crentes ao mesmo tempo que funcionavam como actos simbólicos através dos quais as mulheres lhe confiavam a virgindade.

Como Christine Aribaud alerta, o contexto devocional ou litúrgico em que os têxteis como que renascem numa segunda vida implica algumas questões como aquelas respeitantes à passagem do profano para o sagrado. Nesse sentido, dá como especial exemplo o emprego de vestuário feminino no fabrico de casulas destinadas a paramentar um ministro sagrado, uma vez considerada a mácula nascida da sua primeira função⁶³. Todavia, ao contrário dos hábitos do clero regular, a confecção dos paramentos litúrgicos não implica nenhum ritual especial, devendo-se apenas respeitar aquele que assegura a sua sacralidade previamente à sua utilização, assim como uma limpeza cuidada e um razoável estado de conservação, requisitos indispensáveis, porquanto a sujidade se assume como um indício de indecência e desrespeito pelo sagrado⁶⁴. Assim sendo, o aspecto mais importante a ter em conta numa situação de conversão de uma peça profana para uma outra do foro sagrado, designadamente, de vestuário prendia-se com uma cuidada intervenção ao nível do corte e montagem dos panos em conformidade com os modelos estabelecidos para as casulas, dalmáticas ou capas, e, acima de tudo, com a sua bênção (excepto da capa). Este aspecto

⁶¹ SANTA ANNA, Fr. Joseph Pereira de – *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observancia nestes Reynos de Portugal, Algarves, e seus Dominios*. Lisboa: Off. dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1751, tomo 2, pp. 352-353.

⁶² SANTA MARIA, Frei Agostinho de – *Santuário Mariano*. Lisboa: António Pedrozo Galrão, 1707, tomo 1, p. 116.

Sobre o património têxtil da imagem devocional de Santa Maria de Belém cumpre-nos informar que em 1993 ainda existiam três mantos e duas túnicas em seda natural. Cf. ALVES, José da Felicidade – *O Mosteiro dos Jerónimos. III – Para um inventário do recheio do mosteiro de Santa Maria de Belém*. Lisboa: Livros Horizonte, 1993, p. 224.

⁶³ ARIBAUD, Christine – “Du Legs Pieux à l’oeuvre: réemplois textiles au XVIIIe siècle”, in ARIBAUD, Christine (coord.) – *Ob. cit.*, p. 33.

⁶⁴ ARIBAUD, Christine – *Ob. cit.*, pp. 41-44.

encontra-se bem explícito no discurso de Frei Bernardo de Brito ao relatar as dádivas da rainha D. Isabel: “*mandou apartar quantos panos de ouro, & de seda hauia em tempo que era casada, que eraõ muitos, & mui nobres, & mandou delles fazer vestimentas, & ornamentos para as Igrejas, & des que forão acabadas, fez as beenzer, & acabadas, & bentas, partiaas por muitas Igrejas de Portugal (...)*”⁶⁵.

Ainda a respeito das transformações de espécimes de foro religioso importa, de igual modo, salientar aquelas que tinham lugar por iniciativa do próprio clero, em função do que as igrejas dispunham e do estado de conservação que as peças apresentavam. Atente-se no caso dos paramentos usados no mosteiro de Belém, em 1551, por ocasião da cerimónia de trasladação dos restos mortais de D. Manuel, da rainha D. Maria, dos infantes D. Afonso e D. Duarte, seus filhos, e de D. Duarte, filho de D. João III, para aquele cenóbio, os quais “*segundo alguns dicerão ficarão ao Moesteiro a saber panos de borcado de tela d’ouro, andas azemalas, frontais, (...) de que os Padres depois mandarão fazer muitos outros ornamentos ricos (...)*”⁶⁶. Também no inventário de bens do Tesouro da Sé de Braga, datado de 1589, se reconhece a indicação de um pálio de chamalote vermelho e verde que, por se encontrar em mau estado de conservação, “*se desfez em hum frontal pera a igreja de Cambezes, que he da fabrica da See*”⁶⁷.

Dentro da esfera do recurso aos têxteis enquanto veículos de mediação religiosa, resta-nos ainda a questão da caridade, uma de entre as muitas práticas de devoção “*consideradas pelo clero como o testemunho inequívoco da piedade de quem as pratica e como a melhor manifestação de amor ao próximo*”⁶⁸. Integrável no que Daniel Roche designa de valores da economia estacionária cristã, assentes na redistribuição benévola e estatutária herdeira da tradição cultural medieval, a caridade assumia-se, à época, como uma forma de intervenção religiosa e social através da cedência de algum

⁶⁵ BRITO, Frei Bernardo de – *Ob. cit.*, pp. 513-514.

⁶⁶ B.N.P., Secção de Reservados, Fundo Geral, Cod. 10851, *Relato da trasladação dos restos mortais de D. Manuel I, da rainha D. Maria, dos infantes D. Afonso e D. Duarte, seus filhos, e de D. Duarte, filho de D. João III, realizada em Outubro de 1551* (cópia setecentista), f. 80-80v, publicado por VALE, Teresa Leonor – *A Tumulária da Capela-mor e Capelas do Transepto da Igreja de Santa Maria de Belém e a da Capela dos Castros do Antigo Convento de São Domingos de Benfica: Uma análise paralela*. Dissertação de conclusão do curso de especialização em Museologia e Património Artístico apresentada à Universidade Lusíada. Lisboa: vol. 2, 1990 (texto policopiado).

⁶⁷ ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA, Registo Geral, L.º 351, *Inventario do Tesouro da Sé Primacial*, 23 de Agosto e 14 de Setembro de 1589, publicado por COSTA, Pe. Avelino Jesus da – *A Biblioteca e o Tesouro da sé de Braga nos Séculos XVI a XVIII*, separata da revista *Theologica*. Braga: vol. 18, fasc. 1-2 e 3-4, 1983, p. 136.

⁶⁸ ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges (dir.) – *História da vida privada. Do Renascimento ao Século das Luzes*. Porto: Afrontamento, 1990, vol. 3, p. 96.

bem material ou serviço. Assim a sintetiza o mesmo autor: “No mercado dos bens espirituais, o supérfluo converte-se em riqueza espiritual para o doador, em bens necessários para os pobres assistidos”⁶⁹.

Construído fundamentalmente a partir de uma motivação religiosa, ao exercício da caridade encontrava-se de igual modo subjacente a noção de uma inegável oportunidade de afirmação social e de prestígio aos seus praticantes que não menos incentivava a sua actividade, até como forma de legitimar o poder dos grupos dominantes, os seus principais promotores. Ora também neste contexto se demarcam os têxteis, até pelo significado que os mesmos comportam no domínio assistencial, integrando, por esse motivo, uma das catorze obras de misericórdia que, como assinala Isabel Sá, constituíam a essência do exercício da caridade entre os católicos⁷⁰, em concreto, o terceiro dos sete compromissos corporais, vestir quem não tem roupa (fig. 7).



Fig. 7 – As obras de Misericórdia – representação do terceiro dos sete compromissos corporais das obras de misericórdia (pormenor), colaborador de Pieter Brueghel, o Novo, início séc. XVII.

Extr. de Ivo Carneiro de Sousa – *V Centenário das Misericórdias Portuguesas 1498-1998*. [S.l.]: CTT-Correios de Portugal, 1998, p. 90.

Garantir esta obra implicava, uma vez mais, a circulação de vestuário que, quando oferecido, era reunido pelas Misericórdias e sucessivamente aproveitado, reciclado e distribuído ou vendido entre os mais carentes. Neste contexto, são naturalmente de assinalar os hospitais, como o de Todos os Santos, em Lisboa, para os quais se encaminhavam não só as peças de roupa de vestir, mas ainda as de cama, sendo de destacar as dádivas régias, como a de D. Manuel e de D. Henrique, em cujos testamentos se distinguem cláusulas nesse sentido, ainda que bastante diferenciadas quanto ao detalhe das instruções nelas contidas: enquanto as indicações do

⁶⁹ ROCHE, Daniel – *Ob. cit.*, p. 87.

⁷⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães – *Quando o Rico se Faz Pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 104.

cardeal se limitavam a estabelecer que toda a roupa de linho que se encontrasse em sua casa à data do falecimento fosse entregue ao Hospital como esmola⁷¹, as do Venturoso eram bem mais minuciosas, permitindo ao leitor actual a melhor percepção dos adereços usados no domínio privado: *“leixo ao meu spritall de Todos os Samtos de Lixboa toda a minha roupa de cama que ficar ao tempo do meu falecimento a saber colchoes colchas cubtores lençoes fronhas d’almofadas e de traveseiros e toalhas e toda outra roupa de lynho e asy todas as minhas camisas aasy esparavees e arquelhas”*⁷².

Desta forma, não só a prática da caridade concorria, também ela, para a mudança de mãos deste tipo de bens, como certificava o seu acesso a um público bem mais alargado, que abrangia, afinal, toda a sociedade. Até porque, como Isabel Sá sublinha, o acto de receber não se pautava necessariamente pela pobreza do receptor, na medida em que se aceitava ajuda em nome de valores como a honra ou de um estatuto social que, embora perdido em termos económicos⁷³, urgia manter em aparência a todo o custo, nomeadamente através da componente têxtil. Este aspecto do apoio aos denominados pobres envergonhados, isto é, pessoas que podiam não passar fome mas que, em todo o caso, não dispunham de meios que lhes permitissem viver à altura do seu estatuto⁷⁴, encontra-se também expressamente mencionado no testamento do Venturoso: *“a quantos mais acharem d’homees emvergonhados a estes se dee (...) a saber a homeens baixos duas camisas e gibam de fustam e sayo e pelote de pano de atee cem reais o coudo (sic) e os homens que forem doutra sorte capuzes calças e carapuças e pellotes de pano de duzentos e cincoemta atee trezentos reais o covado e senhos pares de camisas e dhuuns e dos outros se dara a dita esmolla aqueles homde parecer que seera melhor empregado e que mais necessidade dela tenham”*⁷⁵. A mesma preocupação é partilhada por outras figuras da família real, que investem na oferta de têxteis aos seus criados e serviços domésticos como forma de compensação, é certo, mas também como iniciativa caritativa. Assim sucede com D. Manuel, cujos vestidos *“que nam forem de brocados e seedas”* manda *“que se despemdam todos em esmollas que delles se façam a pessoas pobres em que milhor cayba a esmolla delles e especialmente (...) que se deem*

⁷¹ Cf. Testamento del Rey D. Sebastião, publicado por SOUSA, D. António Caetano de – *Ob. cit.*, p. 548.

⁷² ANTT, *Gavetas*, Gav. XVI, Maço 2, Doc. 2, *Testamento de el-rei D. Manuel*, Mosteiro de Peralonga, 1517, publicado por REGO, António da Silva – *Ob. cit.*, p. 114.

⁷³ SÁ, Isabel dos Guimarães – *Ob. cit.*, p. 17.

⁷⁴ IDEM, *Ibidem*, p. 26.

⁷⁵ ANTT, *Gavetas*, Gav. XVI, Maço 2, Doc. 2, *Testamento de el-rei D. Manuel*, Mosteiro de Peralonga, 1517, publicado por REGO, António da Silva – *Ob. cit.*, p. 115.

*a alguns meus criados que sejam pobres e moços da camara que nam tenham quem os repayre e que tenham diso necessidade*⁷⁶; com D. Catarina, ao determinar que todos os seus vestidos sejam repartidos pelas suas donas de câmara; e com D. Henrique, em cujo testamento se pode ler que “*todos os meus vestidos que nam forem forrados de forros de preço se daram a meus criados pobres, como parecer a meus Testamenteiros*”⁷⁷.

Muito embora o presente estudo não corresponda a mais do que um primeiro exercício de compreensão do fenómeno da conversão e reutilização de artigos têxteis em Portugal na era de Quinhentos, cremos ser inegável a sua relevância na sociedade coeva. Como o demonstra a análise dos informes reunidos até ao momento, estas práticas encontravam-se profundamente enraizadas nos hábitos quotidianos que caracterizavam a vivência de todas as classes sociais que, pelos motivos enunciados, recorriam, de forma sistemática e através de diferentes mecanismos, à sua realização. Trata-se de um *modus operandi* cujo implemento era coadjuvado pelo próprio estatuto e protagonismo dos têxteis naquele tempo, facto que, só por si, garantia a sua validade e aceitação generalizada. Com efeito, a transformação dos artigos não só não afectava as particularidades e o valor intrínseco de que se revestiam os seus suportes materiais, como ainda potenciava plenamente a natureza versátil e funcional que tanto caracterizava os têxteis, em termos de capacidade de adaptação ao cumprimento de muitos e diversificados desempenhos.

⁷⁶ IDEM, *Ibidem*, p. 114.

⁷⁷ Testamento del Rey D. Sebastião, publicado por SOUSA, D. António Caetano de – *Ob. cit.*, p. 548.